

Editor

César Pereira

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido

3 maio 2022

Aprovado

29 jun. 2023

Integridade científica nos periódicos de Ciência da Informação: análise de conteúdo das diretrizes para submissão de artigos

Scientific integrity in Information Science journals: content analysis of the guidelines for submission of articles

Ednéia Silva Santos Rocha¹ , Diogo Roberto da Silva Andrade² 

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Av. Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, 14040900, Ribeirão Preto, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: E. S. S. Rocha. E-mail: edneia@usp.br

² Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação. Florianópolis, SC, Brasil.

Como citar este artigo/How to cite this article: Rocha, E. S. S.; Andrade, D. R. S. Integridade científica nos periódicos de Ciência da Informação: análise de conteúdo das diretrizes para submissão de artigos. *Transinformação*, v. 35, e220017, 2023. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e220017>.

Resumo

Investigar as diretrizes relacionadas à integridade científica nos periódicos de Ciência da Informação brasileiros. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo das diretrizes para submissão de artigos em todas as revistas digitais brasileiras cadastradas na base de dados *UlrichsWeb*. A análise levantou dados relacionados a política de integridade científica, *softwares* de similaridade científica e critérios de análise da originalidade científica. Os resultados mostraram que 68% dos periódicos elaboraram diretrizes relacionadas ao tema, 44% indicam utilizar software de similaridade de conteúdo, mas apenas 12% descrevem que fazem indicação sobre percentual aceito de similaridade, e 20% realizam análise humana crítica dos relatórios de similaridade, sendo que 40% dos periódicos são signatários da *Committee on Publication Ethics*. Conclui-se a necessidade de formulação de políticas científicas, pelos periódicos da Ciência da Informação, que ressaltem a necessidade de ações voltadas à conscientização de boas práticas na pesquisa científica.

Palavras-chave: Boas práticas na pesquisa. Ética em pesquisa. Má conduta científica. Plágio. *Software* de similaridade de conteúdo.

Abstract

Investigate the guidelines related to scientific integrity in Brazilian Information Science journals. To this end, a content analysis of the guidelines for article submission was performed in all Brazilian digital journals registered in the UlrichsWeb database. The analysis intends to collect data related to scientific integrity policy, scientific similarity software and scientific originality analysis criteria. The results showed that 68% of the journals developed guidelines related to the topic, 44% indicate using content similarity software, but only 12% describe that they indicate the accepted

percentage of similarity and 20% perform critical human analysis of similarity reports, and 40% of journals are signatories of the Committee on Publication Ethics. It is concluded that scientific policies need to be formulated by Information Science journals that emphasize the need for actions aimed at raising awareness of good practices in scientific research.

Keywords: *Good practices in research. Research ethics. Scientific misconduct. Plagiarism. Content similarity software.*

Introdução

O bom funcionamento da ciência depende do comprometimento dos cientistas com um complexo de valores e normas, que é transmitido entre os indivíduos através do preceito e do exemplo e, ao mesmo tempo, reforçados por sanções e interiorizadas em graus variados por cada indivíduo (Merton, 1964). Na perspectiva mertoniana, o cumprimento dessas normas constitui uma atitude ética do pesquisador, pois, sem a obediência estrita a elas, o conhecimento considerado válido não é alcançado. Desse modo, o controle interno dos cientistas seria suficiente para impedir as transgressões do ethos científico.

A integridade do ethos garantiria o que Merton chamou de “boa ciência”, isto é, aquela ciência que é aprovada pela sociedade, é neutra e livre para continuar progredindo. A ciência estaria, a partir dessa concepção, acima de conflitos sociais e a serviço da sociedade. Entretanto, embora o paradigma mertoniano tenha norteado por muito tempo os estudos sociais da ciência – e ainda tenha especial importância para esse campo de estudos –, as abordagens teóricas que a sucederam buscam questionar essa perspectiva e desvelam a ideia de uma ciência neutra, desinteressada e isolada da sociedade. De forma geral, tanto os cientistas como a sociedade exterior ao meio acadêmico acreditam que não pode haver ciência desonesta, isto é, uma ciência que suprima a verdade ou que incute ao erro deliberadamente.

Os casos de má conduta científica se intensificaram com o uso recorrentes de fontes de informação digital, pela facilidade de acesso a grande quantidade de informações. No entanto, os casos de falta de integridade científica podem ser intencionais ou acidentais. Para Krokosz (2015), os casos de plágio acidental podem estar associados ao desconhecimento do pesquisador em relação às normas técnicas de citação e referências bibliográficas ou a pouca habilidade para compor e redigir os textos evidenciando as ideias de outros autores, deixando claro quais são suas próprias ideias e quais são dos autores citados. Nesses casos, órgãos responsáveis integrados ao sistema de desenvolvimento científico e tecnológico dos países necessitam reconhecer sua parcela de responsabilidade, pois os educadores e instituições devem zelar pela formação adequada dos jovens cientistas, capacitando-os para o uso adequado das fontes de informação e destacando as implicações decorrentes da má conduta científica. Assim, a preocupação com a ocorrência de plágio acidental tornou-se o maior desafio das instituições de ensino e pesquisa, no que diz respeito à elaboração dos trabalhos científicos.

No que se refere aos casos de plágio intencional, o desafio é ainda maior, pois esse tipo de conduta fere os princípios éticos e morais do meio científico, prejudicando o bom andamento das comunidades científicas. O plagiador, ao ser diagnosticado que houve má intenção, deverá sofrer as sanções convencionadas nos códigos de ética e pela legislação, especificamente a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1998), que regula os direitos autorais. Assim, a compreensão do tema plágio pede um olhar cuidadoso sobre diferentes comunidades de pesquisa e suas práticas (Almeida *et al.*, 2015).

Nesse cenário, o objetivo da pesquisa foi analisar diretrizes relacionadas à integridade científica nos periódicos de Ciência da Informação brasileiros, buscando identificar se existem políticas de boas práticas científicas, se utilizam *softwares* de similaridade científica e quais os critérios de análise da originalidade científica.

Integridade científica

Integridade na pesquisa significa conduzir a pesquisa de forma que permita que a comunidade científica tenha confiança nos procedimentos metodológicos e nos resultados da pesquisa que foi desenvolvida. Os principais elementos da integridade da pesquisa incluem: honestidade, rigor científico, transparência e comunicação aberta, o cuidado e o respeito de todos os participantes da pesquisa e responsabilidade. Sendo que esses elementos devem estar presentes em todas as etapas da pesquisa. A ética em pesquisa é um critério fundamental para a integridade da pesquisa (Edinburgh Research Office, 2022).

O tema do plágio tem sido amplamente abordado na literatura científica (Bruton, 2014; Pupovac; Fanelli, 2015; Roig, 2015). O plágio constitui uma grave transgressão dos princípios da ética científica pela qual um artigo representa um contrato implícito entre o autor daquela obra e seus leitores. Assim, o leitor assume que o autor é o único colaborador do trabalho escrito e que qualquer material, texto, dados ou ideias emprestadas de outros são claramente identificados como tal por convenções acadêmicas estabelecidas, como notas de rodapé, texto recuado e marcas de citação (Roig, 2015) que revelam a origem do material por meio de citação direta, paráfrase ou resumo.

Apesar da escassez de estudos que tratam sobre o plágio e a fraude em estudos brasileiros, percebe-se que têm aumentado os casos de má conduta na produção científica, representados principalmente pela adulteração, invenção ou reutilização de dados, pelas múltiplas submissões, pelos conflitos de autoria e de interesses, pela publicação ‘salame’ (fracionada) e pelo plágio. Entre as más condutas acadêmicas mais comuns, estão a ‘cola’ e o plágio, presentes nas mais diversas etapas do ensino, da educação básica à superior (Alencar *et al.*, 2021, p. 646).

O Comitê de Ética em Publicações (COPE)³ destaca a intenção de enganar, a apropriação indébita de propriedade intelectual e seu uso sem atribuição como os principais elementos do plágio. Segundo o *Office of Research Integrity Policy on Plagiarism* (United States, 1994), o plágio inclui tanto o roubo ou apropriação indébita de propriedade intelectual, quanto a cópia textual não atribuída substancial do trabalho de outra pessoa. Não inclui disputas de autoria ou crédito. O roubo ou apropriação indébita de propriedade intelectual inclui o uso não autorizado de ideias ou métodos únicos, obtidos por uma comunicação privilegiada, como uma concessão ou revisão de manuscrito. A cópia textual do trabalho de outra pessoa significa a cópia literal de frases e/ou parágrafos ou de ideias que induzem o leitor comum em erro quanto às contribuições do autor (United States, 1994). Ou seja, quando o autor negligente não deixa explícita as ideias de outros pesquisadores.

No sistema tradicional de publicação, os periódicos geralmente exigem que os autores, cujos artigos tenham sido aceitos, transfiram, para o periódico, os direitos de propriedade relativos aos processos de reprodução, distribuição e divulgação pública do trabalho (direitos autorais) para que, deste modo, possa cumprir legalmente essas tarefas (Melero; Abad García, 2008). Assim, esses direitos são violados ao se fazer cópia de um texto, figura ou imagem sob *copyright*. Prejudicando

³ Committee on Publication Ethics (COPE).

não somente o autor que não foi citado corretamente, mas também a revista ou fonte de informação detentora dos direitos.

Os direitos autorais podem ser violados, sem incorrer em plágio, ao citar uma grande quantidade de texto de uma única fonte ou incluir tabelas ou imagens de um artigo protegido por direitos autorais, com a devida citação, mas sem obter permissão para sua reprodução (Roig, 2015). Por outro lado, é possível plagiar sem infringir direitos autorais quando o material plagiado não está sujeito a direitos autorais, como é o caso de publicações em periódicos de acesso aberto, que permitem a reutilização do material, mas exigem o devido reconhecimento de autoria (Abad-García, 2019).

A credibilidade da ciência, de suas instituições e dos indivíduos envolvidos em seu desenvolvimento está alicerçada na integridade, entendida como aderência ativa aos princípios éticos e padrões profissionais essenciais para a prática responsável da pesquisa (Korenman, 2006). O plágio destrói essa credibilidade e corrói o sistema de créditos e recompensas que se baseia nas publicações feitas por cientistas (Abad-García, 2019).

Também é fundamental que as instituições acadêmicas e de pesquisa se conscientizem de sua responsabilidade no combate à fraude e estabeleçam políticas proativas para sua prevenção e punição, desenvolvendo declarações sobre os princípios de pesquisa ética e responsável, que precisam ser respeitados, e implementando canais eficazes para a investigação, resolução e punição de potenciais casos de fraude (Abad-García, 2019; Rohwer *et al.*, 2017; Singh; Remenyi, 2016).

Outro aspecto importante é o desenvolvimento de programas efetivos de treinamento em ética da ciência e escrita responsável para estudantes universitários e pesquisadores (Abad-García, 2019; Guraya; Guraya, 2017; Jones *et al.*, 2010). Nesse mesmo sentido, Araújo (2021) argumenta que, perante casos de má conduta científica, torna-se urgente a necessidade de propor soluções que busquem combater a falta de integridade científica nas comunidades científicas. Sendo relevante, então, recomendar formas de prevenção da ocorrência do plágio, por meio da conscientização ética dos pesquisadores dentro das universidades.

Na Ciência da Informação, algumas abordagens são evidenciadas, como na pesquisa de Rocha *et al.* (2012) que ressaltara que a institucionalização da ciência propiciou um ambiente de pressão para publicação, dentro das comunidades científicas. A pesquisa apresenta, a partir da perspectiva mertoniana da sociologia da ciência, algumas das principais configurações do que se considera má conduta acadêmica na produção do conhecimento. Alves *et al.* (2018) investigaram os aspectos éticos da produção científica, em especial a questão do plágio acadêmico. Para tanto, realizaram uma contextualização e problematização do tema, apontando o perfil ideal de profissional da informação para promoção de uma cultura de integridade científica.

Nota-se carência na literatura da área sobre o papel dos periódicos no estabelecimento de uma política de integridade científica. Por isso, a pesquisa apresenta os procedimentos metodológicos a seguir.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, que utilizou como fonte de informação a base de dados *UlrichsWeb*. A base de dados *UlrichsWeb* foi escolhida por sua representatividade internacional e também por ser uma ferramenta que disponibiliza dados completos e precisos de revistas científicas de todas as áreas do conhecimento.

A coleta de dados foi organizada em duas etapas. A primeira etapa consistiu no levantamento de dados na base de dados *Ulrichsweb*. A busca foi realizada no mês de novembro

de 2021. A estratégia de busca foi “*LIBRARY AND INFORMATION SCIENCES*” a qual obteve-se como resultados iniciais um corpus de 5.886 periódicos científicos. Ao se analisar a listagem dos resultados excluiu-se da análise os periódicos científicos que estão inativos que totalizaram 2.703 revistas, sendo, *Ceased* (n=2268); *Researched / Unresolved* (n=263); *Merged / Incorporated* (n=83); *Suspended* (n=81) e *Announced Never Published* (n=8). Restando 3.183 periódicos.

Aplicou-se um segundo critério em relação ao formato do periódico, e foram excluídos 1929 periódicos que são publicados nos formatos de Áudio, Braille, *Compact Disc Read Only Memory* (CD-ROM), *Microform* ou *Print*.

O terceiro critério aplicado de exclusão destinou-se ao tipo de publicação, e foram excluídos *Bulletin*, *Magazine*, *Monographic series*, *Newsletter*, *Newspaper*, *Proceedings*, entre outros, restando 583 periódicos científicos no formato online da área de “*Library and Information Sciences*”.

Como último critério de seleção aplicado, selecionou-se Brasil para que o resultado final contemplasse apenas os periódicos brasileiros publicados em formato digital. Como resultado, o corpus desta análise foram 27 revistas, a saber: “Acesso Livre”; “Agora (Florianópolis)”; “*Archeion Online*”; *Arquivistica.net*; “*AtoZ Novas Práticas em Informação e Conhecimento*”; “*BiblioCanto*”; “*Biblionline*”; “*Biblos*”; “*Brazilian Journal of Information Science*”; “*Cadernos de Informação Jurídica*”; “*Ciência da Informação em Revista*”; “*Datagramazero*”; “*Em Questão*”; “*Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*”; “*Histórica (São Paulo, Online) Revista do Arquivo*”; “*Informação & Informação (Online)*”; “*Informação & Sociedade*”; “*Informação em Pauta*”; “*Informação @ Profissões*”; “*LIINC em Revista*”; “*Perspectivas em Ciência da Informação*”; “*Perspectivas em Gestão & Conhecimento*”; “*RDBCI Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*”; “*Revista ACB*”; “*Revista Analisando em Ciência da Informação*”; “*Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*”; “*Transinformação*”.

Na segunda etapa dos procedimentos metodológicos, pesquisou-se nos sites de cada revista as diretrizes para os autores⁴. Buscando identificar os seguintes critérios: (a) se havia explícita, nas políticas para autores, uma política de integridade científica; b) se utilizam algum *software* para identificação de similaridade; (c) se utilizam, qual seria o software; (d) se há menção sobre critérios de análise do relatório de similaridade que envolvam análise humana, por exemplo; e) se o periódico é signatário do COPE.

Após a leitura das diretrizes para autores categorizou-se os resultados de acordo com os questionamentos, originando os resultados apresentados a seguir.

Resultados e discussão

A partir das premissas descritas na metodologia, esta pesquisa buscou em 25 periódicos brasileiros – supracitados –, os critérios de indicação de integridade científica. Os dados obtidos revelaram que 17 periódicos analisados, ou seja 68%, possuem políticas de integridade científica (Figura 1).

Onze periódicos (44%) usam *softwares* de detecção de similaridade de conteúdo, sendo: *Checkforplagiarism* utilizado pelo periódico “*Perspectivas em Ciência da Informação*”; *Copyspider* pela “*Ciência da Informação em Revista*”; *CrossCheck* pela “*Transinformação*”; e *Turnitin* é utilizado pelas revistas “*Brazilian Journal of Information Science*”, “*RDBCI Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*” e “*Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*”. Vale ressaltar

⁴ Foram excluídos os periódicos: “*Arquivistica.net*” pela indisponibilidade do site; e “*Datagramazero*”, pois foi descontinuada (1999-2016).

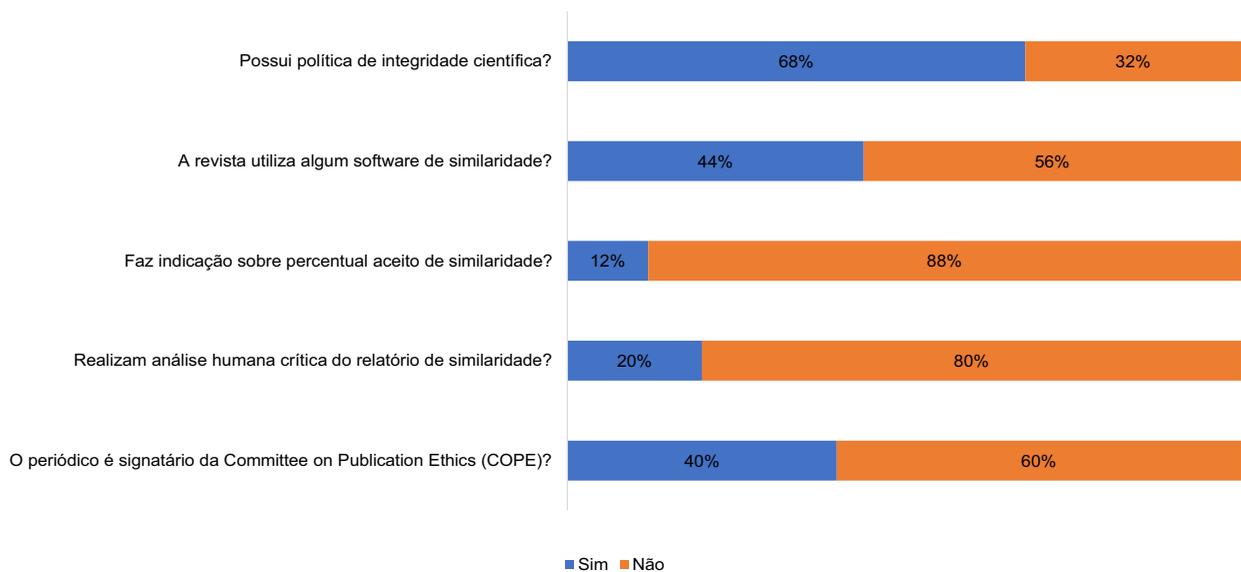


Figura 1 – Percentual de indicações sobre integridade científica nas diretrizes para autores em periódicos da Ciência da Informação.
Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

que cinco periódicos, apesar de indicarem que usam checagem de similaridade, não descrevem qual software utilizam. A indicação do percentual aceito de similaridade é indicada em três (12%) periódicos, e cinco (20%) realizam também a análise humana. Por fim, 10 periódicos (40%) são signatários da COPE. Esses critérios são detalhados e discutidos nos tópicos subsequentes.

Política de Integridade Científica

Ao se analisar quais periódicos adotam políticas relacionadas a plágio, similaridade ou integridade científica, verificou-se que possuem diretrizes relacionadas a integridade científica: “Agora” (Florianópolis); “Archeion Online”; “AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento”; “BiblioCanto”; “Brazilian Journal of Information Science”; “Cadernos de Informação Jurídica”; “Ciência da Informação em Revista”; “Em Questão”; “Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação”; “Informação em Pauta”; “LIINC em Revista”; “Perspectivas em Ciência da Informação”; “Revista ACB”; “Revista Analisando em Ciência da Informação”; “Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação”; “RDBCI Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação”; “Transinformação”.

Na identificação das políticas de integridade científica observaram-se diferentes formas de apresentação dos conceitos, como: “Política de integridade e reputação”; “Políticas de integridade científica”; “Política antiplágio”; “Diretrizes éticas”; “Ética e política contra plágio e más-condutas em pesquisa”; “Ética e integridade na prática científica”; “Código de ética da revista”; “Política de verificação e combate ao plágio”; “Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas”. A maioria dessas diretrizes descrevem a responsabilidades do autor, responsabilidades do editor e da comissão editorial, responsabilidades dos revisores e condutas em casos de suspeita de infração ética. Incluem, também, itens relacionados à ética e boas práticas para publicação, oferecendo diretrizes aos editores, avaliadores e autores, procedimentos para retratação e manifestação de preocupação e casos em que os artigos foram apresentados em eventos científicos.

Análise de similaridade de conteúdos

Para colaborar com a detecção de casos de má conduta científica, há *softwares* que podem oferecer análise de similaridade, ou seja, a ferramenta identificará informações semelhantes a outras publicações. Nesse sentido, ao se analisar quais periódicos utilizam *softwares* de similaridade, observou-se que 11 (44%) periódicos utilizam esse tipo de recurso (Figura 2), a saber: *Turnitin*; *Copyspider*; *Checkforplagiarism*; *CrossCheck*. Além destes, há periódicos que não citam os *softwares* utilizados para a verificação de plágio.

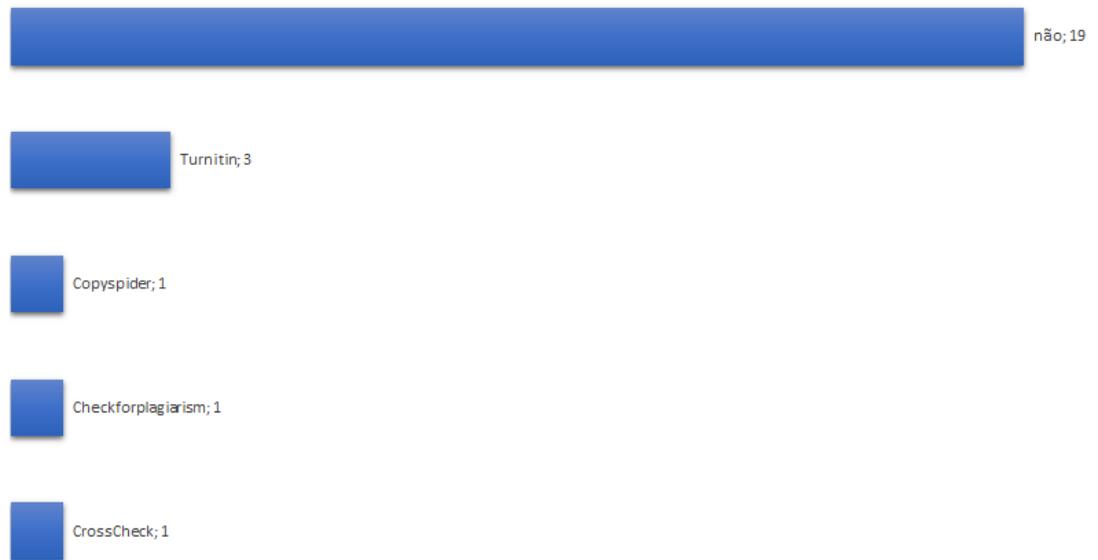


Figura 2 – *Softwares* utilizados pelos periódicos.
Fonte: Elaborada dos autores (2022).

Como pôde ser observado, o *Turnitin* vem sendo o *software* para verificação de plágio mais utilizado entre os periódicos brasileiros analisados. A seguir, apresenta-se a descrição de cada ferramenta mencionada no corpus da análise (Quadro 1).

Apesar das vantagens no uso dessas ferramentas, é necessário que se tenha um olhar crítico em relação a utilização delas, atentando-se principalmente para avaliar se a citação indicada como similar foi citada e referenciada corretamente, verificar se não se trata de artigo oriundo de dissertação ou tese, verificar se trechos não sinalizados não foram copiados de livros, já que essas ferramentas analisam essencialmente fontes disponíveis no meio digital.

A publicitação dos resultados de pesquisa é uma condição inerente à atividade científica, assim, a partir do momento em que um artigo é tornado público, sempre haverá o risco do mesmo ser plagiado de alguma maneira. Com a cristalização da *Internet*, enquanto instrumento de pesquisa, e incorporação de um número cada vez maior de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no trabalho de coleta, análise de dados e também de escrita, as práticas de reutilização e de referenciar os resultados de pesquisa produzidos por terceiros têm se modificado profundamente, assim como

Quadro 1 – Relação de algumas ferramentas de detecção de plágio identificadas.

Software	Descrição
<i>CheckForPlagiarism.net</i>	Ajuda a procurar por plágio em qualquer tipo de documento, utilizando as tecnologias mais recentes e avançadas, para identificar e apontar até mesmo as tentativas mais sutis de plágio, intencionais ou não intencionais (Checkforplagiarism.net, 2022).
<i>CopySpider</i>	<i>Software</i> brasileiro, criado por Clever Marcos Teixeira. O <i>CopySpider</i> é <i>software</i> antiplágio (detector de plágio) <i>freeware</i> , de interface simples e intuitiva, com alto desempenho computacional para testar documentos sob o crivo de existência de cópias indevidas de outros documentos disponíveis na internet. É possível escolher um nível de rigor para a busca na internet (rápida, normal ou detalhada). Sugere-se a análise de possível existência de plágio para documentos com semelhança acima de 3% (Copyspider, 2013).
<i>CrossCheck</i>	O serviço oferece verificação de similaridade ajudando os membros do <i>Crossref</i> a evitar plágio científico, fornecendo feedback imediato sobre a semelhança de um manuscrito com outros conteúdos publicados na <i>web</i> , por meio de acesso com taxa reduzida ao <i>software</i> de comparação de texto <i>iThenticate</i> da <i>Turnitin</i> (Similarity Check, 2020).
<i>Turnitin</i>	Site americano com serviços voltados para a identificação e prevenção do plágio que agrega ferramentas educacionais. Verifica os projetos de alunos instantaneamente para averiguar a presença de conteúdos não originais por meio da maior base de dados de comparação do mundo. Ajuda a melhorar o aprendizado e o envolvimento dos alunos facilitando um feedback mais abrangente. Economiza o tempo dos instrutores com funcionalidades de arrastar e soltar notas, comentários de voz e rubricas. Incentiva os alunos a aprenderem uns com os outros e a desenvolverem um pensamento crítico (Turnitin, 2022).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

tem facilitado o plágio em suas diferentes facetas, sobretudo devido a disseminação da prática de “copiar e colar” textos diretamente da *Internet* – ou entre diferentes arquivos de textos. É verdade também que, ao mesmo tempo que as TIC facilitaram o plágio, elas facilitaram também a detecção de partes copiadas ou semelhantes a outros textos sem a devida atribuição da autoria.

Esses *softwares* de detecção de incoerências em relação a integridade das informações, basicamente fazem comparações entre o conteúdo do documento analisado e o conteúdo de diferentes fontes de informações disponíveis no ambiente digital.

Apesar da quantidade de ferramentas para detecção de plágio, elas servem apenas para colaborar na possível indicação de plágio, mas somente o olhar minucioso dos editores, pareceristas e profissionais da informação poderão verificar a fidedignidade das informações presentes nas publicações. Cinco (20%) dos periódicos que tiveram os dados apurados fazem análise humana crítica após a utilização de *software* de verificação de plágio, um dado que se faz relevante ser sinalizado, pois há uma gama de situações em que as inteligências artificiais não são capazes de compreender integralmente as ações humanas. Como no caso de artigos que são parte de teses e dissertações – em que tenha sido devidamente informado em nota para os editores de que se trata de um caso típico de *salami slicing*⁵ –, o *software* por si mesmo não analisaria os metadados dessa submissão, assim, o artigo seria verificado como plágio, ou autoplágio.

Periódicos signatários do *Committee on Publication Ethics* (COPE)

O gráfico 1 apontou, também, os periódicos que são signatários do COPE. O resultado foi de que 40% (n=10) são associados ao comitê, portanto utilizam os códigos de condutas éticas juntamente aos códigos de conduta acadêmicos locais. Como a *LIINC* em Revista, que:

[...] tem como parâmetro as diretrizes sobre o tema da Ética e Integridade na Prática Científica definidas pela Comissão designada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Portaria PO-085, de 5 de maio de 2011, assim como as recomendações do *Committee on Publication Ethics* (COPE) (Liinc em Revista, [2022?], *online*).

⁵ Como dito, trata-se de uma “publicação ‘salame’ (fracionada)” (Alencar *et al.*, 2021, p. 646).

As práticas essenciais (Figura 3) do COPE foram desenvolvidas em 2017, e são aplicáveis a todos os envolvidos na publicação de literatura acadêmica: editores e seus periódicos, editores e instituições. Estas sugerem que devem ser consideradas juntamente com códigos de conduta nacionais e internacionais específicos para pesquisa.



Figura 3 – Práticas essenciais do COPE.

Fonte: Adaptado pelos autores com base em Committee on Publication Ethics (2017).

Os periódicos científicos devem ter um processo claramente descrito para lidar com as alegações de má conduta, ficando responsável pela averiguação de todas as alegações de má conduta antes e depois da publicação. As políticas de publicação devem incluir como lidar com alegações de denunciantes, ressaltar os requisitos de autoria de acordo com a contribuição de cada autor, bem como estipular os procedimentos para gerenciar possíveis disputas entre os autores. Mas, para isso, é necessário que os autores deem transparência sobre as contribuições de cada autor no desenvolvimento da pesquisa (Committee on Publication Ethics, 2017).

Do mesmo modo, os periódicos devem ter procedimentos claros para lidar com conflitos de interesse de autores, revisores, editores, periódicos e editores, identificados antes ou depois da publicação.

No que se refere a gestão dos dados, os periódicos devem incluir políticas sobre disponibilidade de dados e incentivar o uso de diretrizes para gestão dos dados de pesquisa de acordo com a prática padrão de cada área do conhecimento. Cabe aos periódicos estabelecerem diretrizes sobre as políticas de consentimento para publicação, publicação sobre populações vulneráveis, conduta ética de pesquisa usando animais e/ou seres humanos, manipulação de dados confidenciais e práticas éticas comerciais/marketing. Incluindo também todas as políticas de propriedade intelectual, relacionadas aos direitos autorais e licenças de publicação. Uma infraestrutura bem descrita e implementada é essencial, incluindo o modelo de processos de revisão por pares descrevendo de forma transparente os diversos aspectos da revisão por pares, especialmente no que diz respeito à adoção de modelos apropriados de revisão e processos para lidar com conflitos de interesse, recursos e disputas que possam surgir na revisão por pares. Os periódicos devem permitir a publicação de postagens de debate em seu site, por meio de cartas ao

editor, ou em um site moderador externo, como o PubPeer. Devem ter mecanismos de correção, revisão ou retratação de artigos após a publicação (Committee on Publication Ethics, 2017).

Verifica-se, portanto, que o plágio acadêmico não deve ser entendido como uma problemática enfrentada apenas por meio de medidas corretivas. As práticas contra o plágio deveriam estar relacionadas à realidade dos periódicos, balizadas pela ética informacional (Krokosczyk, 2011). O autor aponta que:

[...] o plágio não é entendido como um problema isolado do aluno, mas como uma realidade que diz respeito à instituição em sua totalidade e requer propostas de enfrentamento que tenham essa característica de globalidade, ou seja, que envolvam os alunos, professores, orientadores e gestores (Krokosczyk, 2011, p. 752).

Portanto, sob a perspectiva de periódicos, as propostas de enfrentamento, ou por meio das diretrizes éticas, das políticas sobre plágio, ou das orientações de submissão, precisam estar explicitadas e claras, permitindo a conscientização e a orientação dos autores. Ainda que os resultados positivos sejam medianos entre as revistas verificadas, os dados revelam a necessidade da criação de uma tendência entre os periódicos e seus editores, ao menos em âmbito nacional brasileiro, com o intuito de melhor informação e orientação do uso ético da informação e suas práticas.

Conclusão

Nenhuma revista está isenta de fraudes cometidas por pesquisadores por meio da manipulação de resultados em artigos, mas cabe a essas fiscalizar e avaliar os artigos submetidos obedecendo aos critérios avaliativos. A comunidade científica deve se atentar e se questionar sobre o crescimento de casos de má conduta científica. Assim, o estudo de indicadores de produção científica sobre os temas torna-se relevante para o aprimoramento de políticas científicas relacionadas à conduta científica.

Observa-se uma preocupação crescente das instituições de ensino e pesquisa com a questão da ética nas pesquisas. Isso pode estar associado a diferentes fatores, como a preocupação dos pesquisadores, e de suas instituições, em desenvolverem a ciência dentro dos limites éticos da pesquisa e, com isso, assegurar o reconhecimento da pesquisa e também a qualidade delas. Embora o tema da ética na pesquisa englobe uma série de questões, sendo uma temática multidisciplinar e que interessa todas as áreas do conhecimento, ressaltam-se a importância de formulação de políticas científicas que definam quais são os comportamentos ou atividades consideradas como de má conduta científica e quais são as consequências para o pesquisador que infringir as regras. Há necessidade de ações voltadas à conscientização de boas práticas na pesquisa científica.

Assim, o bibliotecário é um ator determinante nesse cenário, pois esse profissional irá promover ações informativas, orientar e capacitar os pesquisadores para o uso adequado das normas relacionadas ao meio acadêmico. Ainda se faz necessário uma maior conscientização dos estudantes desde o ensino básico, pois ainda existe a cultura da cópia na qual o aluno, ao desenvolver os trabalhos escolares, realiza cópias sem as devidas indicações das fontes.

Referências

Abad-García, M. F. El plagio y las revistas depredadoras como amenaza a la integridad científica. *Anales de Pediatría*, v. 90, n. 1, p. 57.e1-57.e8, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1695403318305265?via%3Dihub>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Alencar, G. P. *et al.* Reflexões sobre o plágio e a fraude em estudos brasileiros. *Revista Bioética*, v. 29, n. 3, p. 641-647, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/VCjsVMhYKsXhYqwLMHYQjMr/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

Almeida, R. M. V. R. *et al.* Plagiarism allegations account for most retractions in major Latin American/Caribbean databases. *Science and Engineering Ethics*, v. 22, n. 5, p. 1447-1456, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11948-015-9714-5>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Alves, A. P. M. *et al.* O papel do bibliotecário na construção da integridade científica. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 19., 2018, Marília. *Anais eletrônicos* [...]. Marília: ENACIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102756>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Araújo, P. C. Plágio acadêmico e a integridade da pesquisa. *Ciência da Informação Express*, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.cienciainformacaoexpress.com/post/pl%C3%A1gio-acad%C3%AAmico-e-a-integridade-da-pesquisa>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Brasil. *Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 31 mar. 2022.

Bruton, S. V. Self-plagiarism and textual recycling: legitimate forms of research misconduct. *Accountability in Research*, v. 21, n. 3, p. 176-197, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24325212/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Checkforplagiarism.net. Home. *CheckForPlagiarism.net*, 2022. Disponível em: <https://www.checkforplagiarism.net/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Committee on Publication Ethics. *Guidelines on good publication practices*. [s.l.]: COPE, 2017. Disponível em: <https://farname-inc.com/post-2/f53d32c/Committee-on-Publication-Ethics-COPE-GUIDELINES-ON-GOOD-PUBLICATION-PRACTICE>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Copyspider. *Sobre*. [s.l.]: CopySpider, 2013. Disponível em: <https://copyspider.com.br/main/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Edinburgh Research Office. *Research integrity*. Scotland: The University of Edinburgh, 2022. Disponível em: <https://www.ed.ac.uk/research-office/research-integrity>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Guraya, S. Y.; Guraya, S. S. The confounding factors leading to plagiarism in academic writing and some suggested remedies: a systematic review. *Journal Of Pakistan Medical Association, Pakistan*, v. 67, n. 5, p. 767-772, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28507368/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Jones, N. L. *et al.* Developing a problem-based learning (PBL) curriculum for professionalism and scientific integrity training for biomedical graduate students. *Journal of Medical Ethics*, v. 36, n. 10, p. 614-619, 2010. Disponível em: <https://jme.bmj.com/content/36/10/614.long>, Acesso em 04 abr, 2016

Korenman, S. G. The Ethical Basis of RCRH. In: Korenman, S. G. *Teaching the responsible conduct of research in humans (RCRH)*. [S.l.]: Office of Research Integrity: RCR Resource Development Program, 2006. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/education/products/ucla/chapter1/Chapter1.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Krokosczyk, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p.745-818, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a11.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2022.

Krokosczyk, M. *Outras palavras sobre autoria e plágio*. São Paulo: Atlas, 2015.

Liinc em Revista. *Sobre a Revista*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), [2022?]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/about>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Melero, R.; Abad García, M. F. Revistas open access: características, modelos económicos y tendencias. *BID: Textos Universitaris de Biblioteconomia Documentació*, v. 20, 2008. Disponível em: <http://bid.ub.edu/20meler2.htm>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Merton, R. *Teoria social y estructura social*. México: FCE, 1964.

Pupovac, V.; Fanelli, D. Scientists admitting to plagiarism: a meta-analysis of surveys. *Science and Engineering Ethics*, v. 21, n. 5, p. 1331-1352, 2015. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/PUPSAT>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Rohwer, A. *et al.* Authorship, plagiarism and conflict of interest: views and practices from low/middle-income country health researchers. *BMJ Open*, v. 7, n. 11, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/7/11/e018467.long>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Roig, M. *Avoiding plagiarism, self-plagiarism and other questionable writing practices: a guide to ethical writing*. United States: Office of Research Integrity, 2015. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/avoiding-plagiarism-self-plagiarism-and-other-questionable-writing-practices-guide-ethical-writing>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Similarity Check. *Similarity Check*. [s.l.]: Crossref, 2020. Disponível em: <https://www.crossref.org/services/similarity-check/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Singh, S.; Remenyi, D. Plagiarism and ghostwriting: the rise in academic misconduct. *Suth African Journal of Science, Pretoria*, v. 112, n. 5, p. 1-7, 2016. Disponível em: <https://sajs.co.za/article/view/4078>. Acesso em: 4 abr. 2022

Rocha, E. S. S. *et al.* Ética e integridade na produção do conhecimento científico. *Alexandria: Revista de Ciencias de la Información*, n. 9, p. 58-76, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62079>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Turnitin. *Turnitin*. São Paulo: Turnitin: LCC, 2022. Disponível em: <https://www.turnitin.com/pt>. Acesso em: 30 abr. 2022.

United States. Department of Health and Human Services. *ORI Policy on Plagiarism*. United States: Office of Research Integrity, 1994. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/ori-policy-plagiarism>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Colaboradores

E. S. S. Rocha contribuiu devidamente na concepção e desenho, análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final do artigo; D. R. S. Andrade contribuiu devidamente na análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final do artigo.